



Pesquisa em dez capitais brasileiras aponta que sete em cada dez mulheres internautas já sofreram assédio; ruas e espaços públicos são os lugares onde elas estão mais vulneráveis

5 de março de 2026

A **Pesquisa Viver nas Cidades: Mulheres** é uma realização do Instituto Cidades Sustentáveis, no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sesc-SP e a Fundação Grupo Volkswagen. O levantamento foi executado pela Ipsos-Ipec entre os dias 1 e 27 de dezembro de 2025. Na ocasião foram realizadas 3.500 entrevistas em painel de internautas, distribuídas entre as cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia, considerando pessoas com 16 anos ou mais que moram nessas cidades há pelo menos dois anos.

O levantamento revela um cenário de estagnação nos desafios enfrentados pelas mulheres internautas de 10 capitais brasileiras. A pesquisa, que compara dados de 2024 e 2025, aponta para um "duplo fardo" persistente: a desigualdade na divisão de tarefas domésticas e a alta e constante exposição à violência e ao assédio em espaços públicos e privados.

Desigualdade no lar: percepções em descompasso

A desigualdade de gênero começa dentro de casa, onde a percepção sobre a divisão do trabalho doméstico expõe um claro descompasso entre homens e mulheres. No total da amostra, 39% afirmam que, embora a responsabilidade das atividades domésticas seja de ambos, são as mulheres que fazem a maior parte delas. Para parcela semelhante (37%) tais afazeres são divididos igualmente entre homens e mulheres.

No entanto, os números escondem uma divergência de visões entre os gêneros: 44% das mulheres sentem que arcam com a maior parte do trabalho, um sentimento compartilhado por 32% dos homens. Em contrapartida, 47% dos homens dizem que as tarefas são divididas igualmente, enquanto 28% das mulheres compartilham desta opinião.

Regionalmente, a percepção que as tarefas são divididas igualmente é maior em Manaus e Belém, registrando 45%, em cada cidade.

Assédio: a insegurança como regra

A pesquisa também confirma que a insegurança é uma constante na vida das mulheres. Sete em cada dez internautas (71%) afirmam já ter sofrido algum tipo de assédio em pelo menos um dos seis locais pesquisados, um patamar que se mantém elevado e praticamente estável em relação a 2024 (74%).

Os espaços públicos continuam sendo os ambientes mais hostis:

- 54% das internautas já sofreram assédio em ruas ou outro espaço público, como praças, parques ou praias (eram 56% em 2024);
- 50% das internautas relatam ter sido vítimas de assédio dentro do transporte público (eram 51% em 2024);
- 36% das internautas já passaram por situações de assédio no ambiente de trabalho (eram 38% em 2024);
- 32% das internautas sofreram algum tipo de assédio em bares ou casas noturnas (eram 38% em 2024);
- 26% das internautas afirmam ter sofrido assédio no ambiente familiar (eram 28% em 2024) e, por fim,
- 19% das internautas já foram assediadas no transporte particular, como Uber, táxi, etc. (eram 17% em 2024).

As capitais apresentam realidades distintas e preocupantes. Porto Alegre lidera o ranking, com 82% das mulheres relatando já ter sofrido assédio em pelo menos um dos ambientes testados, seguida por Belém, com 79% — um aumento de 9 pontos percentuais em relação a 2024. Em contrapartida, o Rio de Janeiro registra queda mais significativa, de 77% para 69%.

Curiosamente, a pesquisa aponta uma correlação inversa: cidades com maior percepção de desigualdade doméstica, como São Paulo e Rio de Janeiro, não estão no topo dos índices de assédio. Já Porto Alegre, líder em relatos de assédio, é a capital com a menor percepção de sobrecarga feminina no lar (34%).

Combate à violência: punição é prioridade, mas acolhimento é demanda feminina

Quando questionados sobre as medidas prioritárias para combater a violência doméstica e familiar, a maioria dos internautas aponta para o endurecimento da legislação. As três respostas mais citadas foram:

1. Aumentar as penas contra quem comete a violência (55%, eram 54% em 2024).
2. Ampliar os serviços de proteção a mulheres em situação de violência (48%, eram 49% em 2024).
3. Agilizar o andamento da investigação das denúncias (37%, eram 54% em 2024).

A preferência por penas mais duras cresce, principalmente, entre os homens, passando de 48% em 2024 para 53% em 2025, aproximando-se da percepção feminina (57%). No entanto, as mulheres destacam uma necessidade mais urgente de qualificar o atendimento: 28% delas consideram como prioridade o treinamento de funcionários para que possam acolher melhor as vítimas", contra apenas 17% dos homens.

Em capitais como Manaus e Fortaleza, a menção ao aumento das penas cresce, 12 e 5 pontos percentuais, respectivamente. Já a ampliação dos serviços de proteção ganha destaque em Belém, registrando um aumento de 6 pontos percentuais, além de Goiânia e São Paulo, com um crescimento de 5 pontos percentuais em cada cidade.



Para Patricia Pavanelli, diretora de Opinião Pública e Política da Ipsos-Ipec, o estudo revela um duplo fardo inaceitável que recai sobre as mulheres: a sobrecarga de trabalho invisível em casa e a liberdade cerceada pelo medo do assédio nas ruas. A estagnação desses indicadores de um ano para o outro, confirma que a mudança de questões estruturais não ocorre na velocidade necessária, e requer um trabalho árduo e contínuo. Para construir cidades verdadeiramente justas e sustentáveis, é preciso ir além da punição, investindo em acolhimento para as vítimas e promovendo uma cultura de corresponsabilidade que envolva ativamente os homens.

Sobre a Pesquisa

A Pesquisa Viver nas Cidades: Mulheres 2026 é uma realização da Ipsos-Ipec e do Instituto Cidades Sustentáveis, no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sesc-SP e a Fundação Grupo Volkswagen. O cofinanciamento é da União Europeia, como parte do “Programa de fortalecimento da sociedade civil e dos governos locais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. O projeto tem como parceiros institucionais a Frente Nacional dos Prefeitos e Prefeitas (FNP) e a Estratégia ODS.

O levantamento aconteceu entre os dias 1 e 27 de dezembro de 2025, quando foram realizadas 3.500 entrevistas online, em painel de internautas, com pessoas de 16 anos ou mais e moradoras das cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia, há pelo menos dois anos. A amostra foi elaborada com base em dados do Censo 2022, PNADC 2022 e em dados da Ipsos-Ipec, com controle de cotas pelas variáveis sexo, idade, classe social e ocupação. O nível de confiança é de 95% e a margem de erro para o total da amostra é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e, para os resultados desagregados por capital, a margem de erro pode variar de 4 a 6 pontos percentuais, de acordo com a cidade.

Sobre o Instituto Cidades Sustentáveis

O Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) é uma organização da sociedade civil criada em 2007, com o objetivo de fortalecer as instituições públicas e a democracia, bem como promover o debate sobre o enfrentamento das mudanças climáticas. Produzimos conteúdos, metodologias e ferramentas de apoio à gestão pública municipal e ao desenvolvimento de projetos em rede, utilizando como base indicadores de desempenho nas diversas áreas de atuação da administração pública.

A atuação do ICS envolve também a articulação, mobilização e sensibilização de gestores públicos municipais para a implementação de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população em seus variados aspectos. Esse trabalho é desenvolvido em duas frentes: a Rede Nossa São Paulo, com foco na capital paulista; e o Programa Cidades Sustentáveis, de âmbito nacional, voltado para todos os municípios brasileiros.